

## A importância da qualidade educacional para o desenvolvimento global da pessoa com deficiência *The importance of educational quality for the overall development of people with disabilities*

Ari Marcelo Mateus Tavares - World University Ecumenical- EUA

Claudia Maria da Silva Aragão - World University Ecumenical- EUA

Ingrid Cavalcante Silva - World University Ecumenical- EUA

Kelly Christina Fechine de Sousa - World University Ecumenical- EUA

Teresa Raquel Braga Sousa - World University Ecumenical- EUA

### RESUMO

Este estudo discute sobre a importância que a qualidade da educação ofertada possui para o desenvolvimento ampliado do educando que possui alguma deficiência, para isso adotou-se como metodologia a revisão de literatura, permitindo reunir e confrontar contribuições teóricas de diferentes autores, o que possibilita compreender, a partir de perspectivas variadas, os fatores que interferem no processo de inclusão escolar e no pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência. A justificativa para a realização deste trabalho encontra-se na necessidade de fortalecer o debate sobre a educação inclusiva, considerando que a efetivação desse direito demanda práticas pedagógicas bem fundamentadas, docentes capacitados e ambientes escolares que favoreçam tanto o aprendizado quanto a convivência. Ao abordar simultaneamente a dimensão pedagógica, a formação profissional e os aspectos sociais, o artigo busca oferecer uma visão ampla e integrada sobre a temática, apontando caminhos para a melhoria das políticas e práticas educacionais. O objetivo geral do trabalho é o de analisar a importância da qualidade educacional no processo de desenvolvimento global da pessoa com deficiência, considerando os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e funcionais. Já os objetivos específicos são: investigar como a qualidade do ensino impacta no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de pessoas com deficiência; identificar práticas pedagógicas inclusivas que contribuem para o desenvolvimento global de alunos com deficiência; verificar a formação e preparação dos professores para atender às demandas educacionais de estudantes com deficiência; refletir sobre o papel da escola como espaço de socialização e promoção da autonomia da pessoa com deficiência.

**Palavras-chaves:** Educação inclusiva. Pessoas com deficiência. Qualidade do ensino. Práticas pedagógicas. Formação docente.

### ABSTRACT

This study discusses the importance of the quality of education provided for the comprehensive development of students with disabilities. A literature review was adopted as the methodological approach, allowing the collection and comparison of theoretical contributions from different authors, which makes it possible to understand, from various perspectives, the factors that influence the process of school inclusion and the full development of students with disabilities. The justification for carrying out this work lies in the need to strengthen the debate on inclusive education, considering that the realization of this right requires well-grounded pedagogical practices, qualified teachers, and school environments that promote both learning and social interaction. By simultaneously addressing the pedagogical dimension, professional training, and social aspects, the article seeks to offer a broad and integrated view of the theme, pointing to pathways for improving educational policies and practices. The general objective of the study is to analyze the importance of educational quality in the process of global development of people with disabilities, considering cognitive, social, emotional, and functional aspects. The specific objectives are: to investigate how the quality of teaching impacts the cognitive, social, and emotional development of people with disabilities; to identify inclusive pedagogical practices that contribute to the overall development of students with disabilities; to verify the training and preparation of teachers to meet the educational demands of students with disabilities; and to reflect on the role of the school as a space for socialization and the promotion of autonomy for people with disabilities.

**Keywords:** Inclusive education. People with disabilities. Quality of teaching. Pedagogical practices. Teacher training.

### RESUMEN

Este estudio aborda la importancia que tiene la calidad de la educación ofrecida para el desarrollo integral del

estudiante con alguna discapacidad. Para ello, se adoptó como metodología la revisión de literatura, lo que permitió recopilar y confrontar contribuciones teóricas de diferentes autores, posibilitando comprender, desde diversas perspectivas, los factores que influyen en el proceso de inclusión escolar y en el pleno desarrollo de los estudiantes con discapacidad. La justificación para la realización de este trabajo se encuentra en la necesidad de fortalecer el debate sobre la educación inclusiva, considerando que la efectivización de este derecho exige prácticas pedagógicas bien fundamentadas, docentes capacitados y entornos escolares que favorezcan tanto el aprendizaje como la convivencia. Al abordar simultáneamente la dimensión pedagógica, la formación profesional y los aspectos sociales, el artículo busca ofrecer una visión amplia e integrada sobre la temática, señalando caminos para la mejora de las políticas y prácticas educativas. El objetivo general del trabajo es analizar la importancia de la calidad educativa en el proceso de desarrollo global de la persona con discapacidad, considerando los aspectos cognitivos, sociales, emocionales y funcionales. Los objetivos específicos son: investigar cómo la calidad de la enseñanza impacta en el desarrollo cognitivo, social y emocional de las personas con discapacidad; identificar prácticas pedagógicas inclusivas que contribuyen al desarrollo integral de los estudiantes con discapacidad; verificar la formación y preparación de los docentes para atender las demandas educativas de los estudiantes con discapacidad; y reflexionar sobre el papel de la escuela como espacio de socialización y promoción de la autonomía de la persona con discapacidad.

**Palabras clave:** Educación inclusiva. Personas con discapacidad. Calidad de la enseñanza. Prácticas pedagógicas. Formación docente.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco a análise da importância da qualidade educacional para o desenvolvimento global da pessoa com deficiência, delimitando-se ao contexto da educação básica, em todas as suas modalidades e etapas de ensino, em função de seus impactos nos processos formativos desenvolvidos.

Ao considerar o desenvolvimento global da pessoa com deficiência, este trabalho busca compreender como a qualidade da educação ofertada influencia não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos sociais, emocionais e funcionais, fundamentais para a formação integral do sujeito.

A garantia de uma educação de qualidade para todos é um princípio fundamental previsto na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como em documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No entanto, na prática, muitas pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras significativas para o pleno acesso e permanência no ambiente escolar.

Neste contexto, a qualidade educacional torna-se um elemento crucial, pois vai além da simples oferta de vagas e envolve a efetiva promoção da aprendizagem, da autonomia e da participação social dos estudantes com deficiência. A construção de um ambiente educacional inclusivo e comprometido com o desenvolvimento global desses indivíduos é essencial para combater a exclusão, promover a equidade e garantir o direito à educação plena.

Dessa forma, esse artigo se justifica pela necessidade de refletir sobre o papel da escola e das práticas pedagógicas na promoção de uma educação que respeite a diversidade e que contribua de forma significativa, para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, assegurando-lhe condições reais de aprendizagem e participação social.

O objetivo geral do trabalho é o de analisar a importância da qualidade educacional no processo de desenvolvimento global da pessoa com deficiência, considerando os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e funcionais. Já os objetivos específicos são: investigar como a qualidade do ensino impacta no desenvolvimento cognitivo, social e emocional de pessoas com deficiência; identificar práticas pedagógicas inclusivas que contribuem para o desenvolvimento global de alunos com deficiência; verificar a formação e

preparação dos professores para atender às demandas educacionais de estudantes com deficiência; refletir sobre o papel da escola como espaço de socialização e promoção da autonomia da pessoa com deficiência.

A metodologia adotada nesse trabalho é a de revisão de literatura, onde pesquisou-se em periódicos, revistas científicas, livros, dissertações e teses que abordam em profundidade a temática central desse trabalho, através de uma revisão sistemática dessas produções, para assim ampliar os debates desenvolvidos no artigo.

O trabalho tem a organização em quatro subtópicos diferentes, onde o primeiro se propõe a investigar como a qualidade de ensino que é ofertado na educação básica, impacta no desenvolvimento holístico dos alunos. Em seguida é discutido como as práticas pedagógicas em uma perspectiva inclusiva, podem contribuir para o desenvolvimento global dos alunos com deficiência.

No terceiro subtópico é verificada a formação e a preparação dos docentes para atenderem as demandas dos alunos com deficiência. Finalizando com a discussão acerca do papel que a escola tem como ambiente de socialização e desenvolvimento da autonomia dos alunos com deficiência.

## 2.1 Impactos da qualidade da educação no desenvolvimento holístico do aluno com deficiência

A educação inclusiva, enquanto direito assegurado por legislações nacionais e internacionais, pressupõe não apenas o acesso ao espaço escolar, mas, sobretudo, a oferta de uma educação de qualidade, capaz de promover o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência. A qualidade do ensino, nesse contexto, deve ser compreendida de forma ampla, considerando aspectos pedagógicos, estruturais, atitudinais e de formação docente.

Pessoas com deficiência enfrentam inúmeros desafios no processo de escolarização. Esses desafios não estão ligados exclusivamente às limitações decorrentes da deficiência em si, mas, muitas vezes, à ausência de práticas pedagógicas eficazes e à carência de recursos adaptados que respeitem sua singularidade. Quando a qualidade do ensino é comprometida, o impacto sobre o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses estudantes é profundo e multifacetado.

O desenvolvimento cognitivo de estudantes com deficiência está diretamente relacionado ao estímulo que recebem no ambiente escolar. Segundo Vygotsky (1993), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores é mediado socialmente e se dá por meio das interações que o sujeito estabelece com os outros e com o meio. Dessa forma, a escola tem um papel central na potencialização das capacidades desses estudantes.

No entanto, para que essa mediação ocorra de forma eficaz, é necessário que os professores estejam preparados para atuar em contextos inclusivos. A formação inicial e continuada dos docentes é um dos pilares da qualidade educacional. Mantoan (2006) enfatiza que a formação do professor deve ir além do domínio técnico e incluir uma postura ética e política que reconheça a diversidade como um valor.

A ausência de práticas pedagógicas inclusivas pode comprometer o desenvolvimento emocional de pessoas com deficiência, levando-as à frustração, insegurança e sentimentos de inadequação. Por outro lado, quando a escola proporciona um ambiente acolhedor, estimulante e respeitoso, contribui para o fortalecimento da autoestima e para a construção de uma identidade positiva.

a deficiência não é, em si, impeditiva do desenvolvimento. O que muitas vezes limita o indivíduo com deficiência é a ausência de oportunidades, a escassez de estímulos e a imposição de barreiras, sejam elas físicas, comunicacionais, atitudinais ou pedagógicas (Fonseca, 2005, p. 32).

Assim, a qualidade do ensino atua como fator decisivo para minimizar ou acentuar essas barreiras. No campo social, a escola tem um papel relevante na promoção da convivência entre diferentes. A interação entre estudantes com e sem deficiência é benéfica para todos, desde que mediada por práticas pedagógicas

que favoreçam a cooperação, o respeito mútuo e a valorização das singularidades. A escola de qualidade é, portanto, aquela que proporciona condições equitativas de participação e aprendizagem.

É fundamental destacar que os indicadores tradicionais de qualidade educacional nem sempre contemplam as especificidades da educação inclusiva. A busca por metas de desempenho homogêneas pode invisibilizar as conquistas individuais e os avanços qualitativos que ocorrem no cotidiano da sala de aula inclusiva. Nesse sentido, é necessário repensar os parâmetros de qualidade, incorporando uma visão mais ampla e sensível à diversidade.

Conforme aponta Oliveira (2011, p.58), a inclusão educacional efetiva

exige rupturas com modelos cristalizados de ensino, com práticas excludentes e com a concepção de normalidade que ainda permeia muitas instituições escolares. Implica assumir que qualidade na educação é também garantir o direito de ser diferente, de aprender de formas diversas e em tempos diferenciados.

Em termos emocionais, o ambiente escolar pode ser fonte de sofrimento ou de empoderamento para pessoas com deficiência. Isso depende da forma como são tratadas pelos colegas, professores e demais membros da comunidade escolar. A escola que promove um ensino de qualidade é aquela que reconhece a importância do afeto, do vínculo e da escuta como parte do processo educativo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) aponta para a necessidade de reorganização do ensino comum, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos. Essa política afirma que a presença da pessoa com deficiência na escola comum deve ser acompanhada de ações pedagógicas planejadas, com recursos e apoios adequados.

A qualidade do ensino, portanto, não se resume a conteúdos curriculares ou resultados em avaliações externas. Envolve a construção de um projeto pedagógico que considere a totalidade do sujeito, respeite seus ritmos e potencie suas capacidades. Isso exige um compromisso institucional com a inclusão e com a equidade.

Um dos principais entraves para a efetivação de uma educação de qualidade para pessoas com deficiência é a resistência de parte dos educadores em modificar suas práticas. Muitas vezes, essa resistência está associada à falta de conhecimento, à insegurança e à ausência de suporte técnico. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à formação e ao acompanhamento dos professores são fundamentais.

A qualidade da educação para as pessoas com deficiência deve ser medida não apenas pela presença física desses alunos nas escolas, mas, sobretudo, pela sua efetiva participação nas atividades pedagógicas, pela valorização de seus modos de aprender e pela promoção de sua autonomia e autoestima. A escola que acolhe, que escuta, que respeita as diferenças e que promove aprendizagens significativas é aquela que realmente cumpre sua função social. É preciso entender que não se trata de fazer mais para o aluno com deficiência, mas de fazer diferente, de construir caminhos pedagógicos que levem em conta suas singularidades e potencialidades. Isso exige compromisso ético, sensibilidade humana e competência técnica (Carvalho, 2012, p. 77).

Dessa forma, o impacto da qualidade do ensino transcende os muros da escola. Ele se reflete na forma como a pessoa com deficiência se percebe no mundo, interage com os outros e projeta seu futuro. Uma educação de baixa qualidade pode contribuir para a exclusão social, enquanto uma educação inclusiva e de qualidade pode ser o ponto de partida para a emancipação.

4

É importante lembrar que o desenvolvimento cognitivo, social e emocional não acontece de forma isolada. Esses três aspectos se entrelaçam e se potencializam mutuamente. Assim, uma prática pedagógica que favorece a expressão emocional também contribui para a aprendizagem e para o fortalecimento das relações interpessoais.

A educação inclusiva de qualidade não é aquela que simplesmente integra fisicamente o aluno com deficiência ao espaço da sala de aula, mas aquela que promove a aprendizagem significativa para todos,

com estratégias diversificadas, currículo flexível e atitudes acolhedoras. O verdadeiro sentido da inclusão está na capacidade da escola de responder às necessidades de cada estudante, garantindo que todos tenham oportunidades reais de crescer, de aprender e de se desenvolver como cidadãos autônomos, críticos e atuantes. A escola inclusiva é um espaço de transformação, tanto para os que nela estudam quanto para os que nela ensinam. É um espaço onde todos têm valor e onde a diferença é celebrada como uma riqueza (Stainback; Stainback, 1999, p. 142).

Conclui-se, portanto, que a qualidade do ensino é um elemento essencial para garantir o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das pessoas com deficiência. Mais do que uma exigência legal, trata-se de uma questão de justiça social e de respeito à dignidade humana. Investir em uma educação inclusiva e de qualidade é construir uma sociedade mais equitativa, solidária e democrática.

Além da qualidade do ensino ofertada, também destacamos uma outra variante com igual impacto e importância para esses processos, que são as práticas pedagógicas utilizadas no contexto educacional com o intuito de incluir os alunos com deficiência nas aulas, e será sobre essa temática o próximo subtópico do artigo.

## **2.2 Contribuições das práticas pedagógicas inclusivas para o desenvolvimento global do aluno com deficiência**

A inclusão escolar é um princípio que vai além da simples matrícula de alunos com deficiência na escola regular. Trata-se de garantir, na prática, que esses estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico que os demais colegas. Para isso, as práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais, pois é por meio delas que o processo de ensino-aprendizagem se efetiva de forma equitativa e respeitosa às diferenças.

O desenvolvimento global do aluno com deficiência exige ações planejadas e intencionais que considerem suas potencialidades e limitações, sem reduzi-lo a uma condição médica. Isso implica uma mudança de paradigma na educação: sair de um modelo clínico e compensatório para uma abordagem pedagógica centrada no sujeito, valorizando sua autonomia, criatividade e capacidade de participação.

Práticas pedagógicas inclusivas são aquelas que buscam garantir a todos os alunos condições reais de aprender, respeitando as diferenças e eliminando as barreiras que limitam sua participação. Tais práticas envolvem o uso de metodologias ativas, materiais didáticos adaptados, avaliação formativa, mediação pedagógica e acolhimento das singularidades.

Dentre essas práticas, destaca-se a diferenciação pedagógica, que permite que o mesmo conteúdo seja trabalhado de formas distintas, conforme o estilo de aprendizagem de cada aluno. Segundo Tomlinson (2001), diferenciar é adaptar o ensino para atender às diferentes necessidades dos alunos, promovendo acesso equitativo ao conhecimento sem comprometer a complexidade do conteúdo.

Outra estratégia importante é o uso do ensino colaborativo, em que professores regulares e professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) atuam juntos no planejamento e na execução das atividades pedagógicas. Essa colaboração fortalece a inclusão, pois proporciona apoio contínuo ao estudante com deficiência no contexto da sala de aula comum.

5

A utilização de tecnologias assistivas também se configura como uma prática pedagógica inclusiva relevante. Recursos como softwares leitores de tela, pranchas de comunicação alternativa, lupas digitais e teclados adaptados possibilitam maior autonomia e participação ativa dos estudantes com deficiência, promovendo sua inclusão digital e acadêmica.

Além disso, o planejamento universal para a aprendizagem (PUA) tem se mostrado eficaz na promoção da inclusão. Esse modelo propõe a criação de currículos flexíveis que considerem desde o início as neces-

sidades de todos os alunos, ao invés de adaptar conteúdos posteriormente. De acordo com Meyer, Rose e Gordon (2014), o PUA favorece a aprendizagem ao oferecer múltiplas formas de representação, de ação e expressão, e de engajamento.

A seguir, uma citação extensa de Stainback e Stainback (1999), que aprofunda a concepção de práticas pedagógicas inclusivas:

As práticas pedagógicas inclusivas exigem uma postura ativa por parte do professor, que deve ser capaz de criar um ambiente de sala de aula onde todos os alunos se sintam pertencentes, valorizados e desafiados a aprender. Isso não significa nivelar por baixo, mas reconhecer que os estudantes aprendem de maneiras diferentes e que, portanto, o ensino precisa ser diversificado. A inclusão efetiva ocorre quando os professores planejam atividades que favoreçam a cooperação, o respeito mútuo e a construção conjunta do conhecimento. É nesse ambiente que os alunos com deficiência podem desenvolver suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais de forma integrada, tendo a oportunidade de contribuir com o grupo e de se reconhecerem como parte dele (Stainback; Stainback, 1999, p. 115).

Além das estratégias citadas, é necessário considerar o papel da avaliação pedagógica inclusiva, que deve ser contínua, processual e qualitativa. Ela precisa considerar o ponto de partida de cada aluno e seus avanços, valorizando os percursos individuais de aprendizagem. A avaliação inclusiva reconhece o esforço, a participação, a criatividade e o progresso, mesmo que ele ocorra em ritmos distintos.

A escuta ativa e o diálogo constante com os alunos e suas famílias também são práticas fundamentais no processo de inclusão. A construção de vínculos afetivos e a valorização da história de vida de cada estudante criam um ambiente acolhedor, no qual o aluno se sente seguro para explorar suas potencialidades.

Mantoan (2006) defende que:

não se trata de preparar o aluno com deficiência para se adaptar à escola, mas de preparar a escola para atender a todos os alunos. A escola deve ser capaz de flexibilizar seus métodos, conteúdos e tempos, a fim de construir uma aprendizagem significativa para todos, independentemente de suas limitações” (Mantoan, 2006, p. 51).

É nesse contexto que se destaca também a importância do trabalho interdisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas – como pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais – que, de forma colaborativa, contribuem para o pleno desenvolvimento do estudante com deficiência, não apenas em sua dimensão acadêmica, mas em sua constituição como sujeito integral.

Os projetos pedagógicos interativos, que envolvem atividades lúdicas, oficinas, rodas de conversa, arte, música e teatro, são também práticas eficazes, pois favorecem a expressão, o protagonismo e o reconhecimento da diversidade como valor. Tais práticas estimulam o desenvolvimento emocional e social, promovendo o engajamento de todos os estudantes, com e sem deficiência.

Outro aspecto relevante é o papel das relações interpessoais no ambiente escolar. Quando os vínculos entre professor e aluno, e entre os próprios colegas, são pautados no respeito, na escuta e na cooperação, cria-se um clima favorável ao desenvolvimento emocional e à aprendizagem. O afeto, nesse caso, é um mediador essencial das práticas pedagógicas inclusivas.

Oliveira (2011, p.69) reforça a necessidade de rever práticas excludentes e substituí-las por uma pedagogia da inclusão:

As práticas inclusivas exigem rupturas com os paradigmas tradicionais da escola. É preciso abandonar a lógica da homogeneidade, que tenta encaixar todos os alunos num mesmo modelo, e construir novas formas de ensinar e aprender, baseadas na diversidade. A inclusão não se faz com discursos, mas com práticas efetivas, com metodologias que considerem as diferentes formas de aprender, com avaliações que valorizem o processo e não apenas o produto. A escola inclusiva é, antes de tudo, um espaço democrático, onde as diferenças não são toleradas, mas acolhidas e celebradas como condição humana essencial.

A formação continuada dos professores é um ponto crítico na consolidação dessas práticas. Muitas

vezes, o educador se sente despreparado para lidar com a diversidade em sala de aula. Investir na formação docente, portanto, é investir na qualidade da educação inclusiva e na construção de práticas pedagógicas eficazes.

Não se pode falar em inclusão sem falar em qualidade da prática pedagógica. A simples presença física do aluno com deficiência na sala de aula não garante sua aprendizagem, tampouco seu desenvolvimento. É necessário que o professor compreenda quem é esse aluno, como ele aprende, quais são suas potencialidades e desafios. A prática pedagógica inclusiva exige planejamento, criatividade, sensibilidade e compromisso. Mais do que isso, exige uma escuta atenta, uma postura acolhedora e uma ação intencional voltada à construção de sentidos e significados na aprendizagem. O professor é mediador desse processo, e sua ação pode fazer toda a diferença na vida do aluno com deficiência (Carvalho, 2012, p. 84).

Assim, identificar e implementar práticas pedagógicas inclusivas é uma tarefa urgente e necessária para garantir o direito à educação de qualidade para todos. Essas práticas não são exclusivas para alunos com deficiência, mas beneficiam o conjunto da turma, ao promoverem um ambiente de aprendizado mais humano, justo e equitativo.

Portanto, é possível afirmar que o desenvolvimento global dos alunos com deficiência, envolvendo as dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas, está diretamente relacionado ao compromisso da escola com práticas pedagógicas inclusivas. Tais práticas não apenas contribuem para a aprendizagem, mas também para a construção da identidade, da autonomia e da cidadania desses estudantes.

Fica evidente com esses debates como as práticas pedagógicas selecionadas pelos professores tem a capacidade de impactar de maneira positiva no desenvolvimento dos educandos, em seguida discutiremos outra variante que centra a sua atenção nos processos de formação dos professores visando o atendimento dos alunos com deficiência.

### **2.3 Contextos sobre a formação dos professores para atender às demandas educacionais de estudantes com deficiência**

O avanço das políticas de inclusão no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), trouxe à tona a necessidade de refletir sobre a formação e a preparação dos professores para atender, de maneira efetiva, os estudantes com deficiência. A legislação garante o direito à educação em ambientes inclusivos, mas esse direito só se concretiza quando os profissionais da educação estão devidamente capacitados.

A formação docente, tanto inicial quanto continuada, deve ser compreendida como eixo estruturante da qualidade educacional. No que se refere à educação inclusiva, é fundamental que os cursos de licenciatura ofereçam subsídios teóricos e práticos capazes de preparar o futuro professor para lidar com a diversidade em sala de aula, incluindo os estudantes com deficiência. No entanto, pesquisas indicam que grande parte dos docentes ainda se sente despreparada para essa tarefa.

Uma formação insuficiente pode gerar insegurança, resistência e reprodução de práticas excludentes. Por outro lado, quando o professor é devidamente preparado, ele desenvolve estratégias pedagógicas que respeitam as particularidades dos estudantes, promovendo sua aprendizagem e seu desenvolvimento global. Assim, a qualidade da inclusão depende diretamente do nível de formação e da atuação ética e crítica dos educadores.

De acordo com Fernandes (2017), muitos cursos de formação inicial tratam a inclusão de forma superficial, como um tema transversal ou abordado em disciplinas eletivas. Essa fragilidade compromete a construção de uma prática pedagógica inclusiva e limita a atuação dos professores diante de situações complexas

envolvendo alunos com deficiência.

Além da formação inicial, é fundamental investir em programas de formação continuada, pois a realidade da sala de aula está em constante transformação. Tais programas devem ser articulados com a prática docente, oferecer momentos de reflexão crítica e troca de experiências, e abordar, com profundidade, os aspectos pedagógicos, sociais, legais e afetivos da inclusão.

Costa (2018, p.102) ilustra a lacuna existente entre a formação recebida e as exigências da prática escolar:

Muitos professores afirmam que não foram devidamente preparados durante sua formação inicial para lidar com alunos com deficiência. As disciplinas específicas sobre educação inclusiva, quando existem, são ofertadas de forma fragmentada, sem articulação com o currículo geral do curso. O estágio supervisionado, que deveria ser um momento de experimentação e aprofundamento, raramente contempla situações inclusivas. Como resultado, esses profissionais ingressam nas escolas sem saber como adaptar conteúdos, sem conhecer as especificidades de diferentes deficiências e, principalmente, sem compreender a importância de uma postura inclusiva. Essa lacuna formativa tem impactos diretos na qualidade do atendimento prestado a esses alunos.

Outro desafio identificado na formação docente é a ausência de articulação entre teoria e prática. Não basta apresentar conceitos sobre inclusão, é preciso que os professores aprendam a transformar esses conhecimentos em ações concretas na sala de aula. Isso envolve planejamento, avaliação adaptada, estratégias diferenciadas de ensino e, sobretudo, sensibilidade para compreender as necessidades do aluno.

A formação também deve considerar o desenvolvimento de competências socioemocionais. Lidar com a diversidade exige paciência, empatia, escuta ativa e capacidade de mediação. Esses aspectos muitas vezes são negligenciados nos cursos tradicionais, que priorizam conteúdos teóricos desvinculados da realidade inclusiva.

De acordo com Rocha (2016), a ausência de uma política institucional clara sobre a formação de professores para a inclusão tem contribuído para a perpetuação de práticas segregadoras nas escolas. A responsabilização individual dos professores, sem oferecer suporte técnico e pedagógico, torna o processo ainda mais difícil.

É importante reconhecer que a preparação do professor para atender alunos com deficiência não é uma tarefa isolada. Ela deve ser acompanhada de mudanças estruturais na escola, como a oferta de recursos didáticos acessíveis, a presença de profissionais de apoio, a flexibilização curricular e o fortalecimento de redes de apoio externas.

Neste sentido, o papel das universidades e secretarias de educação é central. As universidades precisam rever seus projetos pedagógicos, incorporando a inclusão como eixo transversal da formação docente. As secretarias, por sua vez, devem garantir condições de trabalho adequadas, momentos de formação contínua e apoio pedagógico constante aos educadores da rede.

Em relação a isso Lima (2020, p.87) enfatiza a necessidade de uma formação comprometida com a inclusão:

É fundamental que os processos formativos dos professores estejam alinhados com os princípios da educação inclusiva. Isso significa que não se pode tratar o atendimento ao aluno com deficiência como algo secundário ou complementar à formação docente. A inclusão deve ser concebida como parte da prática pedagógica cotidiana, sendo debatida em todas as disciplinas do curso de formação. A abordagem precisa ser crítica, multidisciplinar e centrada na promoção de direitos. Só assim será possível romper com a lógica da exclusão, que ainda persiste em muitas instituições escolares.

Muitos professores relatam que, ao se depararem com alunos com deficiência pela primeira vez, não sabem como agir. Esse despreparo afeta a qualidade do ensino, a autoestima do educador e o desenvolvimento do aluno. A superação desse cenário exige investimento público, valorização da carreira docente e inclusão da

temática nos currículos escolares.

Ainda é comum, infelizmente, a visão de que a responsabilidade pela educação dos alunos com deficiência recai unicamente sobre o professor do AEE ou o cuidador. Isso revela uma concepção equivocada, pois a inclusão é uma responsabilidade de todos os profissionais da escola. O professor da sala regular é o principal mediador do processo de aprendizagem e precisa estar preparado para esse papel.

Delegar exclusivamente ao profissional do atendimento especializado a tarefa de ensinar os alunos com deficiência é uma forma velada de exclusão. A verdadeira inclusão exige o envolvimento de todos os professores, especialmente daqueles que atuam diretamente na sala de aula comum. Para isso, é indispensável que esses docentes estejam bem preparados, com domínio de estratégias pedagógicas inclusivas, sensibilidade para lidar com a diversidade e abertura para o trabalho colaborativo. Quando a formação é falha ou inexistente, o professor se vê sozinho, desamparado, e tende a recorrer a práticas excludentes, muitas vezes sem perceber (Almeida, 2019, p. 75).

Dessa forma, é evidente que a formação e a preparação docente são elementos estruturantes para a efetivação da inclusão. A ausência de capacitação adequada compromete a aprendizagem dos alunos com deficiência, reproduz desigualdades e inviabiliza o cumprimento do direito à educação com equidade.

Em contrapartida, quando o professor é bem formado, ele se sente confiante, realiza adaptações curriculares, busca estratégias diversificadas e valoriza o potencial de cada estudante. Esse impacto positivo se estende à comunidade escolar como um todo, que passa a vivenciar uma cultura de respeito à diversidade.

Portanto, verificar e aprimorar a formação dos professores é uma tarefa urgente. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa, necessariamente, pela valorização, escuta e formação qualificada dos profissionais da educação. E a escola também se apresenta como ambiente extremamente promotor da autonomia dos alunos com deficiência, situação debatida a seguir.

## 2.4 O papel da escola como espaço de socialização e promoção da autonomia da pessoa com deficiência

A escola é uma das instituições sociais mais relevantes na vida de qualquer indivíduo. Para as pessoas com deficiência, ela se constitui não apenas como espaço de aprendizagem formal, mas como um ambiente essencial de socialização, convivência e desenvolvimento da autonomia.

O direito à educação inclusiva, garantido por marcos legais nacionais e internacionais, impõe à escola o desafio e o dever de assegurar uma experiência escolar significativa, que promova não apenas o conhecimento acadêmico, mas a construção de relações e de identidades.

A socialização escolar consiste na inserção da criança em um contexto coletivo, onde ela aprende a conviver com o outro, a respeitar regras, a lidar com conflitos e a compartilhar experiências. Para os alunos com deficiência, esse processo pode ser dificultado por barreiras físicas, atitudinais ou pedagógicas, as quais, se não forem superadas, tendem a reforçar processos de exclusão.

A autonomia, por sua vez, é construída com base na vivência de situações que estimulem a tomada de decisão, a autorregulação e a responsabilidade sobre si mesmo. A escola que promove a autonomia da pessoa com deficiência reconhece suas capacidades, incentiva sua participação ativa e a estimula a desenvolver habilidades para lidar com os desafios do cotidiano.

9

No entanto, muitas escolas ainda operam sob a lógica da homogeneização, dificultando o desenvolvimento de relações saudáveis com a diversidade. Isso acaba por restringir a participação plena da pessoa com deficiência nos diferentes espaços escolares, o que pode comprometer não apenas seu desempenho acadêmico, mas também sua autoestima, sociabilidade e autoconfiança.

É preciso lembrar que a socialização não é espontânea, mas mediada por práticas pedagógicas, normas escolares e valores culturais. Portanto, se a escola não adota uma postura inclusiva, a convivência pode se

transformar em mais um ambiente de discriminação e invisibilidade. É nesse sentido que o papel da escola deve ser constantemente revisto e reconstruído. Segundo Borges (2020, p.63), a escola inclusiva deve operar como um espaço que acolhe, reconhece e valoriza a diferença:

A instituição escolar é um dos primeiros ambientes sociais em que a criança com deficiência tem contato com o mundo para além do núcleo familiar. Quando a escola é preparada para acolher essas crianças, oferecendo oportunidades reais de participação e aprendizagem, ela cumpre uma função essencial de formação humana. Não se trata apenas de transmitir conhecimentos, mas de criar condições para que essas crianças se sintam pertencentes, capazes e protagonistas de sua própria história. A socialização escolar, nesse sentido, contribui para o desenvolvimento emocional, relacional e ético, preparando o sujeito para viver com os outros e para fazer escolhas sobre sua própria vida.

A promoção da autonomia requer, portanto, um ambiente que ofereça apoios adequados, mas que também evite o excesso de tutela. A superproteção, muitas vezes bem-intencionada, pode inibir a capacidade do aluno de explorar seus limites, tomar decisões e desenvolver independência. A escola precisa estabelecer um equilíbrio entre acolhimento e desafio, respeitando o ritmo de cada estudante.

As atividades pedagógicas, os projetos interdisciplinares e a gestão democrática da escola podem ser potentes instrumentos para favorecer a socialização. A participação dos alunos com deficiência em todas as dimensões da vida escolar – desde os conselhos de classe até as atividades extracurriculares – deve ser incentivada como forma de consolidar sua presença e fortalecer sua identidade.

A literatura especializada aponta que a presença da pessoa com deficiência em espaços comuns não garante, por si só, a inclusão. É preciso assegurar participação efetiva, o que envolve adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas, flexibilização de avaliações e uma abordagem pedagógica centrada no sujeito. Esse conjunto de estratégias contribui para que o aluno possa interagir de forma significativa com os demais.

A escola tem um papel decisivo na formação da identidade da pessoa com deficiência. É nesse espaço que ela aprende a se ver como sujeito de direitos, capaz de aprender, de se comunicar, de contribuir e de pertencer. A construção da autonomia não acontece isoladamente, mas em relação com o outro, por meio de experiências vividas em contextos de colaboração, respeito e confiança. Assim, o papel do professor, da equipe pedagógica e da comunidade escolar é fundamental para criar situações que favoreçam a iniciativa, a participação e a escolha. Negar essas oportunidades é perpetuar a exclusão, ainda que sob uma aparência de inclusão (Silva, 2021, p. 94).

As interações sociais vivenciadas no ambiente escolar são decisivas para o desenvolvimento emocional dos estudantes com deficiência. O reconhecimento pelos pares, o sentimento de pertencimento e a valorização de sua contribuição no coletivo são elementos que favorecem a formação de uma autoimagem positiva e fortalecem sua autoestima.

A convivência escolar também favorece o desenvolvimento de habilidades sociais importantes, como a empatia, o respeito à diferença e a capacidade de cooperação. Essas habilidades são fundamentais não apenas para o estudante com deficiência, mas para todos que compartilham o espaço escolar. A inclusão, portanto, não é benéfica apenas para quem é incluído, mas para toda a comunidade educativa.

As diretrizes da educação inclusiva destacam o papel das escolas como agentes de transformação social. Isso significa que a escola precisa rever suas práticas, reformular suas concepções e assumir, de forma consciente, sua missão de promover uma sociedade mais justa, democrática e equitativa. Para isso, é necessário compromisso institucional, formação dos profissionais, infraestrutura acessível e, acima de tudo, uma cultura escolar acolhedora. Carvalho e Paiva (2022, p.111) sintetizam a relevância da escola como promotora da autonomia e da socialização:

A escola deve ser concebida como um ambiente que impulsiona o crescimento integral do ser humano, considerando suas múltiplas dimensões – intelectual, afetiva, social e ética. No caso das pessoas com deficiência, essa função ganha ainda mais relevância, pois muitas vezes é na escola que elas têm a oportunidade de construir laços sociais, desenvolver habilidades comunicativas e experimentar a auto-

nomia. Isso, no entanto, não ocorrerá se a escola mantiver práticas normativas, excludentes e desconcontextualizadas. A inclusão só será efetiva se as instituições educacionais forem capazes de se reorganizar a partir das necessidades dos alunos e de apostar em seu potencial de desenvolvimento.

Ao valorizar a socialização e a autonomia da pessoa com deficiência, a escola também cumpre sua função social de preparar cidadãos capazes de participar plenamente da vida em sociedade. Isso inclui o acesso ao trabalho, à cultura, à política e aos demais direitos que compõem a cidadania plena.

Conclui-se, portanto, que a escola tem um papel fundamental na vida das pessoas com deficiência, não apenas como espaço de aprendizagem, mas como território de vivência, pertencimento e transformação. Através de práticas inclusivas, relações respeitadas e oportunidades reais de participação, a escola contribui significativamente para o processo de socialização e para o fortalecimento da autonomia, pilares essenciais de uma educação verdadeiramente emancipadora.

## CONCLUSÃO

A reflexão sobre a inclusão escolar da pessoa com deficiência envolve múltiplas dimensões, que, quando articuladas, favorecem o desenvolvimento pleno desses estudantes. A primeira delas está relacionada à importância da qualidade educacional como fator decisivo para o desenvolvimento global da pessoa com deficiência.

A qualidade do ensino, quando pautada em princípios inclusivos, garante não apenas a aprendizagem dos conteúdos formais, mas também a construção da autonomia, da autoestima e da participação social dos alunos. Isso exige um olhar atento à singularidade de cada estudante e um compromisso pedagógico com a equidade.

Outro ponto central está na adoção de práticas pedagógicas inclusivas que considerem a diversidade como um valor e não como obstáculo. Essas práticas vão além das adaptações curriculares e alcançam estratégias que promovam a interação, a cooperação entre os pares e a aprendizagem significativa. O uso de recursos variados, a flexibilização das metodologias e o incentivo à participação ativa do estudante com deficiência são exemplos de ações que contribuem para sua formação integral, respeitando seus tempos e modos de aprender.

Entretanto, para que essas práticas sejam efetivas, é imprescindível que os professores estejam bem preparados. A formação docente, tanto inicial quanto continuada, precisa contemplar conteúdos que tratem das especificidades do ensino inclusivo. É por meio dessa preparação que os profissionais desenvolvem competências para planejar, intervir e avaliar de forma sensível e eficaz, promovendo uma educação que, de fato, atenda às demandas educacionais dos alunos com deficiência. A ausência dessa formação compromete a qualidade do atendimento e reforça barreiras já existentes no ambiente escolar.

Nesse sentido, é necessário que os sistemas de ensino invistam na formação permanente dos educadores, oferecendo espaços de estudo, reflexão e troca de experiências que possibilitem a construção de saberes práticos e teóricos voltados à inclusão. Além disso, é essencial garantir suporte técnico-pedagógico dentro das escolas, promovendo uma cultura institucional de acolhimento e valorização da diversidade. A formação continuada precisa dialogar com os desafios cotidianos enfrentados pelos docentes, ampliando suas possibilidades de atuação.

A escola, por sua vez, ocupa um lugar fundamental como espaço de socialização e promoção da autonomia da pessoa com deficiência. É nesse ambiente que as relações interpessoais se constroem, que os alunos têm a oportunidade de vivenciar diferentes experiências e de desenvolver habilidades essenciais para a vida em sociedade. Ao promover a convivência entre todos os estudantes, a escola contribui para a formação de

cidadãos mais conscientes, solidários e respeitosos com a diversidade humana. Além disso, possibilita que o aluno com deficiência conquiste maior independência e reconhecimento social.

Dessa forma, a inclusão escolar não pode ser pensada de forma fragmentada. Ela depende da interligação entre políticas educacionais consistentes, práticas pedagógicas fundamentadas, professores bem formados e uma escola comprometida com a socialização e a valorização de todos os sujeitos. Somente a partir dessa articulação será possível consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça e promova o desenvolvimento global das pessoas com deficiência, garantindo-lhes o direito de aprender, conviver e se desenvolver em igualdade de condições.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Débora Regina de. **Docência e Inclusão**: desafios da prática pedagógica na escola comum. São Paulo: Cortez, 2019.
- BORGES, André Luiz. **Educação inclusiva**: caminhos para a cidadania e a autonomia da pessoa com deficiência. Natal: EDUFRN, 2020.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Inclusão**: a educação do aluno com necessidades educacionais especiais. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- CARVALHO, Inês Tavares; PAIVA, Ronaldo Henrique. **Práticas inclusivas e cultura escolar**: desafios para a efetivação dos direitos educacionais. Goiânia: UFG, 2022.
- COSTA, Luciana Aparecida da. **A formação do professor para o ensino inclusivo**: entre a teoria e a prática. Campinas: Papyrus, 2018.
- FERNANDES, Tatiane Cristina. **A formação inicial de professores e a inclusão escolar**: avanços e lacunas. Curitiba: CRV, 2017.
- FONSECA, Vitor da. **Psicopedagogia**: o método psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LIMA, Jéssica Barbosa. **Políticas de formação docente e inclusão**: uma perspectiva crítica. Recife: EdUFPE, 2020.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 4 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. **Universal Design for Learning: Theory and Practice**. Wakefield, MA: CAST Professional Publishing, 2014.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROCHA, Marcelo Andrade da. **Educação inclusiva**: formação e prática docente na contemporaneidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SILVA, Marli Dias de Souza. **Escola inclusiva**: fundamentos, práticas e desafios. Florianópolis: EdUFSC, 2021.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- TOMLINSON, Carol Ann. **The Differentiated Classroom**: Responding to the Needs of All Learners. Alexandria, VA: ASCD, 2001.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1993.